

Fernando Molica

STM e a licença para o golpe

Formado por dez oficiais-generais de quatro es-trelas e por cinco civis, o Superior Tribunal Militar vai decidir se funcionários públicos fardados têm o direito de dar golpe de Estado e se a tentativa de derrubada da democracia é algo digno de ser feito por um oficial das Forças Armadas.

A eventual não expulsão de Jair Bolsonaro e dos quatro oficiais que estiveram entre seus principais cúmplices mostrará que a elite das FFAA considera admissível o comportamento golpista de militares.

Não há o que discutir: o ex-presidente, os gene-rais Braga Netto, Paulo Sérgio Nogueira e Augusto Heleno e o almirante Almir Garnier foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal. Cabe ao STM respaldar a decisão da mais alta corte do país.

Segundo reportagem da Folha de S.Paulo, inte-grantes do STM admitem a possibilidade de não condenar dois dos golpistas condenados, Heleno e Nogueira. Isto, em reconhecimento ao ao longo período em que ambos integraram o Exército.

Ou seja, o que deveria servir de agravante — a experiência de dois oficiais-generais — ajudaria a livrá-los da constatação óbvia, a de que não são dig-nos de pertencerem às FFAA. Oficiais veteranos, deveriam saber o que eram impedidos de fazer.

Uma absolvição pelo tempo de serviço levaria à necessidade de criação de uma tabela: oficiais com 45 anos ou mais de caserna poderiam dar golpe de Estado; os que tiverem entre 40 e 45 seriam auto-rizados a xingar presidentes de poderes, e assim suc-cessivamente.

Como frisou o procurador-geral da Justiça Mi-litar, Clauro Roberto de Bortolli, os condenados, entre outros crimes militares, demonstraram não

respeitar o princípio fundamental de acatamento das autoridades civis. Segundo ele, a organização cri-minosa tentou “inverter a lógica constitucional” que determina a submissão dos militares ao poder civil.

Quase 137 anos depois do golpe que implantou a República, muitos militares ainda não entende-ram que são funcionários do povo brasileiro, que paga seus estudos, salários, fardas e armas. Os cida-dãos é que, por seus representantes eleitos, deter-minam as tarefas que eles devem cumprir.

Como mostram as investigações, a conspiração golpista de Bolsonaro só prosperou graças à exis-tência de uma espécie de sentimento de tutela de militares em relação à sociedade. A permanência desta sombra sobre nossa democracia foi preser-vada pelo processo de redemocratização, pela não punição de torturadores e dos responsáveis pelo atentado terrorista ao Riocentro, praticado depois da anistia de 1979 e arquivado graças a uma tabeli-nha entre o Exército e a Justiça Militar.

A leniência do STM com Bolsonaro, que, em 1988, foi absolvido por nove votos a quatro da acu-sação de tramar atentados contra, inclusive, insta-lações militares também entra no pacote de fatores que contribuíram para a permanência dessa tenta-ção golpista em quartéis.

Os ministros civis e militares do STM precisam demonstrar, de maneira unânime, que a usurpação do poder não é admissível, que a tentativa de golpe é um crime contra o país e que afeta a hierarquia, princípio básico e essencial em qualquer força ar-mada. Diferentemente do que houve no caso do Riocentro e em 1988, o corporativismo e a tolerân-cia com a ilegalidade não poderão sair vitoriosos.

Tales Faria

Governo está dividido sobre vetos aos exageros salariais do Congresso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está recebendo, de seus articuladores políticos, conselhos que vão em direções opostas a respei-to dos projetos aprovados pelo Congresso nesta terça-feira, 3.

Os textos reajustam salários dos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e preveem acréscimos anuais no vencimento básico entre 2026 e 2029. Abrem brechas para pagamen-tos acima do teto salarial estabelecido pela Consti-tuição. Também chamam atenção por concederem folgas para os servidores que podem chegar a um dia parado para cada três trabalhados.

À coluna, o líder do governo no Congresso, se-nador Randolfe Rodrigues (PT-AP), defendeu que o presidente da República deve vetar os itens dos projetos que “extrapolem o teto” constitucional do funcionalismo. São os chamados “extra-tetos”.

A opinião do líder do governo na Câmara, de-putado José Guimarães (PT-CE), é diferente. Se-gundo ele, o chefe do Executivo não deve entrar em um assunto que cabe somente aos parlamentares. “Vetar por quê? Isso é uma questão que cabe ao Congresso”, argumentou.

Ambos os líderes são encarregados de aconselhar o presidente nos assuntos referentes à ar-ticulação política com o Congresso. O que sig-nifica que a discussão sobre o veto ainda vai dar panos para mangas dentro do governo antes de uma decisão final.

Os projetos foram fruto de um acordo fechado discretamente entre os líderes partidários e as lide-ranças sindicais dos servidores do Congresso. Le-

vados aos plenários da Câmara e do Senado no final da tarde da terça-feira, foram aprovados às pressas, com voto simbólico em boa parte dos textos. Esta-beleceram reajustes acima da inflação, que variam de 8% a 9,25%.

Criaram uma Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico que pode chegar a 100% do vencimento básico dos funcionários e não está sujeita ao teto salarial do funcionalismo público, atualmente fixado em R\$ 46.366,19.

Além disso, os parlamentares decidiram que os seus servidores terão, no mínimo, um dia de folga a cada dez dias trabalhados, podendo chegar a um dia de folga a cada três trabalhados. E a folga po-derá ser indenizada, ou seja, os servidores poderão receber o benefício em dinheiro.

Além do reajuste para o Legislativo, a Câmara também aprovou projetos com impacto fiscal em 2026 de cerca de R\$ 4,3 bilhões, segundo o governo.

O problema é que os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), participaram ativamente das articulações para aprovação dos textos. Caso o presidente da República vete os tex-tos, estará entrando em choque com os dois, além dos líderes governistas e da oposição.

Na cerimônia de abertura do ano legislativo, na segunda-feira, 2, Motta e Alcolumbre fizeram questão de marcar em seus discursos que, embora pretendam não entrar em choque com o Judiciá-rio e o Executivo, marcarão sua atuação pela defesa de temas corporativos do Congresso. Isso inclui emendas parlamentares, salários e demais verbas.

Cesar Miranda Ribeiro*

Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro: Guardião da Memória Cultural Brasileira, de 1965 à Nova Era em 2026

A trajetória do Museu da Ima-gem e do Som do Rio de Janeiro, confunde-se com um dos períodos mais significativos da história cul-tural brasileira. Criado em 1965, em meio a profundas transforma-ções políticas, sociais e artísticas, a instituição consolidou-se ao longo de seis décadas como um dos prin-cipais guardiões da memória audio-visual do país, atravessando gerações e renovando permanentemente seu papel cultural.

Desde a origem, o MIS ultra-passou os limites de um museu tradicional. Tornou-se espaço estra-tégico de articulação entre políticas públicas, projetos culturais e a ne-cessidade permanente de preservar, interpretar e difundir a identidade de um Brasil plural, diverso e em constante transformação. Música, cinema, fotografia, rádio e audiovi-sual passaram a ocupar lugar central como formas de expressão, registro histórico e resistência cultural.

O contexto de 1965 foi deter-minante para o surgimento da ins-tituição. Em um período marcado por tensões políticas e intensa efer-vescência artística, a criação do MIS respondeu à urgência de registrar vozes, sons e imagens que ajudassem a compreender o Brasil de então e a projetar sua memória para o futuro. A atuação de Carlos Lacerda, então governador do extinto Estado da Guanabara, foi decisiva nesse proces-so, ao defender uma visão inovadora de acesso à cultura e de moderniza-ção das instituições culturais.

Ao longo dos anos, foi criada a Fundação MIS, com duas sedes, Praça XV e Lapa, que estruturou um acervo de quase um milhão de itens de valor inestimável, resultado da confiança depositada por gran-des artistas, intelectuais e famílias que escolheram a instituição para a guarda de suas coleções. Depoi-mentos históricos, arquivos sonoros, registros audiovisuais e documentais passaram a compor um patrimônio que preserva para a posteridade vozes fundamentais da cultura brasileira, como Pixinguinha, Clarice Lispec-tor, Pelé entre mais de mil nomes que ajudaram a construir o imaginário cultural do país.

Esses depoimentos, projeto criado pelo nosso primeiro diretor executivo, Ricardo Cravo Albin em 1966, mais do que registros histó-ricos, constituem uma herança viva. São fontes primárias que alimen-tam pesquisas, produções acadê-micas, roteiros cinematográficos, documentários e novas narrativas culturais, mantendo o MIS como referência para pesquisadores, ci-neastas, roteiristas e

criadores contemporâneos. A dimensão acadêmica do museu permanece ativa e pulsante, abas-tecendo continuamente a produ-ção de conhecimento e conteúdo para a sociedade.

A evolução institucional da Fundação MIS foi marcada por constantes transformações estrutu-rais, conceituais e tecnológicas. A incorporação de novas tecnologias trouxe maior dinamismo à preser-vação, à digitalização e ao acesso aos acervos, ampliando o alcance das coleções e garantindo sua sal-vaguarda para as futuras gerações, sem perder de vista o compromis-so com a integridade histórica dos registros.

Nesse percurso de atualização e expansão, a criação da Rádio MIS RJ, em 2021, representa um marco contemporâneo. A rádio Web, vin-culada à Fundação MIS, alcança hoje mais de 100 países, levando a cultura fluminense e brasileira para além das fronteiras nacionais e reafirmando o papel da instituição como difusora da memória e da produção cultural do Rio de Janeiro e do Brasil no cenário global.

O presente projeta-se de forma ainda mais significativa para o fu-turo com a chegada da nova sede do MIS em Copacabana, prevista para 2026. A retomada e a conclusão das obras, conduzidas pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, sob a liderança da secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa, Da-nielle Barros do secretário da Casa Civil, Nicola Miccione e com o apoio decisivo do governador Clau-dio Castro, representam um marco

histórico. Trata-se não apenas de um novo edifício, mas da consoli-dação de um projeto cultural que conecta passado, presente e futuro.

A nova sede simboliza a conti-nuidade de um legado iniciado em 1965, agora ampliado por tecnolo-gias, novas formas de acesso, inter-câmbio cultural e maior integração com a cidade e com o mundo. A Fundação MIS reafirma se, assim, como patrimônio vivo, em perma-nente renovação, onde memória e inovação caminham juntas para fortalecer a identidade coletiva e inspirar novas gerações.

Entre 1965 e 2026, a Fundação MIS permanece fiel à sua missão: preservar, difundir e projetar a cul-tura fluminense e brasileira, garan-tindo que as vozes do passado sigam dialogando com o presente e orien-tando os caminhos do futuro.

***Jornalista profissional e Radialista, especialista em TI-E-commerce.**